
ANOTAÇÕES SOBRE VERDADE, DERIVA E LEITURA**Notes on truth, drift and reading****Marcia Lisbôa Costa de Oliveira¹**

RESUMO: O ensaio aborda a questão dos limites da interpretação. Pretende-se refletir acerca das tensões entre abertura e limite, poder e liberdade, verdade e deriva, colocando em diálogo as perspectivas hermenêutica e semiológica, em movimentos de convergência e divergência. Focalizam-se a Hermenêutica da compreensão de Gadamer e a Estética da Recepção; a Semiótica da Recepção de Umberto Eco e a Semiologia. No campo teórico dessa última, incluem-se as ideias de Jacques Derrida, Roland Barthes e da escola americana de Yale, representada por Jonathan Culler, J. Hillis Miller e Harold Bloom.

Palavras-chave: interpretação, hermenêutica; semiologia.

ABSTRACT: The essay discusses the limits of interpretation, reflecting on the tensions between openness and limit, power and freedom, truth and drift. It puts in dialogue hermeneutics and semiotic perspectives and points out its convergences and divergences, focusing on Gadamer's Philosophical Hermeneutics, Jauss's Aesthetics of Reception, the Semiotics of Reception developed by Umberto Eco and the Semiology. The theoretical field of the latter includes the ideas of Jacques Derrida, Roland Barthes and the School of Yale, represented by Jonathan Culler, J. Hillis Miller and Harold Bloom.

Keywords: interpretation; hermeneutics; semiology.

¹ Doutora em Ciência da Literatura - UFRJ
Coordenadora do curso de Letras - Campus Niterói - UNESA/RJ. lisboamarcia@hotmail.com

ANOTAÇÕES SOBRE VERDADE, DERIVA E LEITURA

O senso comum é ambíguo em relação aos limites da leitura. Por vezes, afirma-se que cada um entende de uma forma o que lê, outras vezes recorre-se à intenção do autor para limitar a leitura. Essa ambiguidade também perpassa as reflexões filosóficas e teóricas sobre a produção de sentidos que abordaremos neste trabalho. Interessa-nos aqui o problema do controle dos sentidos do texto, que tem suscitado polêmica há séculos e é fulcral na discussão sobre uma ética da leitura. Para pensar as tensões entre abertura e limite, poder e liberdade, verdade e deriva, colocaremos em diálogo a perspectiva hermenêutica e a semiológica, em movimentos de convergência e divergência.

1. HERMENÊUTICA: VERDADE E LIBERDADE

A hermenêutica ocidental originou-se na Grécia Clássica e liga-se tradicionalmente à interpretação de textos sacros e profanos, sendo identificada tanto à prática quanto à reflexão metodológica acerca da exegese e da filologia. O deus grego Hermes, cujo nome está na raiz do termo, possui múltiplos atributos, dentre os quais destacaremos aqueles mais próximos da tarefa do leitor. Ele é encarregado das mensagens trocadas entre deuses e homens, sendo o mediador entre o céu e a terra. Segundo os gregos, Hermes é também o inventor da linguagem e da escrita. Equivale ainda ao Mercúrio clássico e representa também a inteligência industriosa e realizadora, por seus inúmeros feitos astuciosos. Por estes feitos, Hermes é o deus do hermetismo e da hermenêutica ó ou seja, do mistério da palavra e da arte de decifrá-lo. Como tal, ele é o deus leitor.

Pelo constante movimento, Hermes é também o deus das viagens, sendo honrado nas encruzilhadas como uma divindade quádrupla, de quatro rostos, tetramorfa, relacionada aos quatro ventos do céu. Para Junito Brandão, este aspecto do deus ãrepresenta de modo objetivo o conhecimento vindo dos quatro pontos cardeais do horizonte e de todos os níveis da existência; de modo subjetivo, os múltiplos aspectos ou interpretações que toma a palavra no espírito das pessoas, todas igualmente convencidas de que entenderam bemö (BRANDÃO, 1991, p. 448).

O verbo grego *hermeneúô* significa traduzir, explicar, exprimir ó as ações do leitor. O adjetivo *hermenêutico* aparece pela primeira vez em Platão, possuindo uma significação

bipartida. Com acepção sagrada, aparece na *Política* (260d) e nos *Epinômios* (975), trata-se, nesse sentido, da *tekhné hermeneutiké*, que instrumentaliza a interpretação dos oráculos e dos signos divinos. Outra acepção, de caráter profano e estritamente linguístico é encontrada nas *Definições* (414d), significando interpretação de qualquer coisa. Em Aristóteles, o conceito *hermenéia* guarda apenas a acepção profana (JACOB, 1989, p. 1.134) .

Embora a *Ars interpretandi* existisse na antiguidade clássica e na tradição judaico-cristã, o termo latino hermenêutica só aparece no início dos tempos modernos. Na antiguidade, os estoicos formularam os princípios da interpretação alegórica, racionalizando a tradição mítica num período histórico em que a autoridade estava em profunda crise.

A principal força produtora das leis hermenêuticas foi a religião, preocupada em controlar os sentidos atribuídos aos seus textos fundadores. Note-se que as regras para interpretação literal, espiritual e jurídica da *Thora* judaica são profundamente modificadas com a entrada em cena do Cristianismo por dois motivos: em primeiro lugar, a forma como é apresentada a mensagem evangélica relativiza a compreensão literal; em segundo lugar, a consumação da promessa messiânica na vinda de Cristo conduz a uma re-interpretação dos textos bíblicos (JACOB, 1989, pp. 1.137).

Um exemplo desta reformulação nas regras é a exegese criada por São Paulo, que procura no Antigo Testamento as alusões à vinda de Jesus que antecipam a revelação de Cristo. Já na Idade Média, desenvolve-se a partir deste método a doutrina do quádruplo sentido das escrituras. Por esta doutrina, um mesmo texto pode ser interpretado segundo quatro perspectivas superpostas: (1) pelo sentido literal, que se atém aos estudos gramaticais; (2) por um sentido alegórico, que se apoia geralmente nos dogmas da igreja; (3) por um sentido topológico ou moral, destinado à condução ética do crente; (4) por um sentido anagógico ou místico, chamado a revelar as verdades de ordem escatológica. A tradição hermenêutica cristã, portanto, estabelece a verdade de um dado texto sagrado cujo sentido doutrinário é fixado (JACOB, 1989, pp. 1.136).

A extensão de sentido assumida pelo vocábulo nos dias de hoje relaciona-se ao perspectivismo nietzschiano, que determina uma mudança nas concepções de mundo que coloca a interpretação no centro da interrogação filosófica. Nesta acepção, a hermenêutica é hoje encarada como uma teoria filosófica da interpretação (JACOB, 1989, pp. 1.134). Nessa abordagem, incluem-se as reflexões de Hans Georg Gadamer, que retoma a ontologia da presença pela via de uma hermenêutica da compreensão fundada sobre a concepção heideggeriana de Verdade.

Em *Sobre a essência da Verdade*, Heidegger (1973, pp. 325-328) não atribui à verdade um caráter unívoco e afasta-se do senso-comum, pois para ele há uma relação de complementaridade entre liberdade e verdade, de modo que o ser liberto é deixar ser o ente. A verdade do ente é essencial para a existência em liberdade. Dessa forma, haverá tantas verdades quantos seres houver, já que:

A liberdade assim compreendida, como deixar-ser do ente, realiza e efetua a essência da verdade sob a forma do desvelamento do ente. A verdade não é uma característica de uma proposição conforme, enunciada por um sujeito relativamente a um objeto e que então não se sabe em que âmbito; a verdade é o desvelamento do ente graças ao qual se realiza uma abertura. Em seu âmbito se desenvolve, ex-pondo-se, todo o comportamento, toda tomada de posição do homem. É por isso que o homem é ao modo da existência. (HEIDEGGER, 1973, p. 337)

Em decorrência, investigando o fenômeno da interpretação, Gadamer afirma que seu objetivo não é criar uma arte ou técnica válida para todas as formas de compreensão, mas desenvolver a partir da experiência da arte e da tradição histórica uma concepção do conhecimento e da verdade que corresponde ao todo de nossa experiência hermenêutica (GADAMER, 1995, p XXIV).

Seguindo Heidegger, ele afirma que esta é a marca da existência humana, que se constitui, sobretudo, pela experiência do Outro ou seja na cotidianidade, seja na relação com a tradição histórica. Sendo assim, a compreensão configura o modo de ser do próprio *Dasein*, já que envolve completamente sua experiência de mundo. Inequivocamente, está aí a totalidade implícita no conceito de interpretação.

O alcance da Hermenêutica de Gadamer fica bem claro na introdução à primeira edição americana, em que o autor, embora afirme que não pretende desenvolver uma teoria geral da interpretação, escreve em seguida que a província da Hermenêutica é universal. Em última análise, a Hermenêutica é o próprio pensar, já que o pensar se dá no território da linguagem.

A percepção deste caráter de linguagem próprio à compreensão leva à construção de um aforismo que pode ser entendido é linguagem e, por consequência, à constatação de que tudo é apenas linguagem e evento de linguagem. Encharcadas de imanência fenomenológica, essas afirmações também podem induzir o leitor à conclusão de que a compreensão do que pode ser compreendido, isto é, de todo o mundo entendido como experiência de linguagem permitiria por parte do compreendedor um domínio sobre o compreendido.

Gadamer afirma a seguir, no entanto, a impossibilidade do movimento de interpretação realizado por um sujeito sobre um objeto: ãa compreensão não é nunca uma relação subjetiva com um objeto dado, mas com a história de seus efeitos, em outras palavras, a compreensão pertence à existência daquilo que é compreendidoö(GADAMER, 1995, p XXXI).

Nesta introdução, Gadamer afirma aquele que talvez seja entendido como o maior ponto de distanciamento entre a Desconstrução (incluindo a Semiologia de Barthes) e a Hermenêutica. No entanto, lendo o texto de Hillis Miller, percebemos que essas diferenças estão apenas no plano vocabular, já que ambas as perspectivas consideram que não há uma ação externa do leitor que desconstrói o texto, mas um movimento que lhe é interno.

Quando afirma que o jogo proposto pela obra de arte não é a orientação ou o estado de espírito do criador ou leitor, mas o próprio modo de ser da arte, Gadamer lança uma concepção que vai estar presente na Estética do Efeito de Iser, na Estética da Recepção de Jauss e na Semiótica da Recepção de Umberto Eco, embora as três teorias considerem que a atitude de leitura é guiada pelo texto. Assim, recusando a fronteira entre o jogador e o jogado, a concepção de Gadamer, embora guarde uma conotação imanente, é mais aberta do que as correntes citadas. Não se encontra nele uma tendência ao controle da leitura, muito ao contrário, o que se vivencia na leitura é a experiência do jogo.

Sob a perspectiva ontológica, Gadamer observa que a Literatura ocupa uma posição-limite, já que a atualização linguística de sua historicidade depende da *performance* do intérprete. Em resumo, afirma que

õ... a Literatura ó por exemplo, na sua forma artística que é o romance ó tem, na leitura, uma existência tão originária como a épica na declamação do rapsodo ou o quadro na contemplação do observador. Também a leitura do livro permaneceria, segundo isso, uma ocorrência em que o conteúdo lido se torna representação. É verdade que a literatura e sua recepção na leitura mostram um grau máximo de desvinculação e mobilidade.ö (GADAMER, 1998, p. 160)

No fragmento destacado, Gadamer desmente aqueles que veem em sua Hermenêutica Filosófica uma busca da univocidade de sentidos. Aqui, o vocábulo ãrepresentaçãoö ó como re-produção - significa ão modo de ser da literaturaö, que não pode ser desvinculada da recepção.

Muitas são as passagens em que ele claramente afirma a abertura que se dá na interpretação, tais como o que se segue:

“O que um texto quer afirmar não se pode comparar, segundo isso, com um ponto de vista fixo, inamovível e obstinado, que coloca a quem quer compreender somente uma questão: como o Outro pôde chegar a uma opinião tão absurda? Nesse sentido, não se trata seguramente de um chegar a um acordo histórico que reconstrói a gênese do texto.” (GADAMER, 1998, p. 566)

Na ressurreição do sentido do texto as ideias do intérprete estão sempre implicadas, sem condicioná-las, pois são acionadas para possibilitar a apreensão do texto.

Percebemos a repercussão dessas concepções na Estética da Recepção desenvolvida pela Escola de Constança, que se estabelece como uma Hermenêutica literária pós-Gadamer. Por isso é que Robert Jauss, consoante a hermenêutica da compreensão, entende que a obra condiciona um efeito através de orientações de leitura nela inscritas.

O papel do leitor, entendido como categoria social, é ativar as estruturas de leitura presentes na obra, preenchendo seus vazios com os saberes de que dispõe, baseando-se em suas vivências pessoais e nos códigos coletivos do grupo em que circula. O emprego do vocábulo condicionamento pode dar a essa concepção um caráter limitador, que só diminui quando se considera a presença de vazios e a abertura às condições subjetivas do leitor.

Para Jauss, o leitor traz para a interpretação o seu horizonte mundivivencial, marcado por uma vivência histórica, um horizonte de leitura que muda a cada momento histórico. Ele destaca, ainda, que no encontro com o texto o sujeito-leitor adquire maior conhecimento do mundo e de si próprio.

2 - SEMIOLOGIA, DESCONSTRUÇÃO E DERIVA

Para Derrida, a leitura participa da lógica do suplemento, sob esta perspectiva, o texto é encarado como um todo ao qual a leitura vem acrescentar novos elementos. A leitura suplementar é um acréscimo ao texto ou sistema textual; ler é tecer um tecido com os fios extraídos de outros tecidos-textos (SANTIAGO, 1976, p.55) e em leituras sucessivas erigir um sistema interpretativo próprio.

Segundo Silvano Santiago (1976, p.90):

“A lógica do suplemento é a lógica da não identidade e da não propriedade e se insere dentro de todo trabalho desconstrutor empreendido por Derrida frente ao discurso da metafísica ocidental. O suplemento põe fim a oposições simples do positivo e do negativo, do dentro e do fora, do mesmo e do outro, da essência e da

aparência, da presença e da ausência. Sua lógica consiste mesmo em escapar sempre a esse dualismo marcado, à identidade, na medida em que pode ser o dentro e o fora, o mesmo e o outro: sua especificidade reside, pois, nesse deslizamento entre os extremos, na ausência total de uma essência.

A ideia lacaniana do parricídio corresponde, no ato de leitura, à morte do autor ó pai do texto ó que já não é mais o dono da palavra do texto. Exercitando-se como suplemento, a leitura inscreve-se na margem, como trançado de intertextualidades. Desta maneira, o jogo da leitura é infinito, porque nenhum sistema textual pode ser esgotado, deixando sempre margens para que se inscrevam novas leituras.

Assim, um texto escrito produz um diferimento indefinido, porque goza ou sofre da ausência do sujeito da escrita e o significado vive um contínuo deslizamento. Já que uma leitura final é impossível, em função da impossibilidade de um fechamento final da linguagem; todo ato de leitura gera narrações suplementares sucessivamente sobrepostas à primeira. O texto não pode dominar a disseminação de seus sentidos, por isso engendra no leitor uma inabilidade equivalente para dominá-lo.

Por tudo o que se disse, argumentar em um òmétodoö de leitura desconstrutora é incorrer em uma imprecisão. Embora a teoria extraída da reflexão sobre a linguagem busque a criação de instrumentos mentais e verbais mais refinados, estes não podem ser pragmaticamente aplicados à leitura. Isto porque no ato de leitura, de interpretação mais específica e autorreflexiva, o leitor posiciona-se simultaneamente como um intérprete de textos e um produtor de novos textos. Assim, certos critérios técnicos ou formas de análise são úteis como um caminho preparatório, mas não garantem isoladamente a produtividade da leitura.

Essa abordagem também se configura na obra de Roland Barthes, que a partir do fim dos anos sessenta do século vinte ultrapassa o estruturalismo, mantendo um diálogo com Derrida, Lacan e outros pensadores ligados ao chamado pós-estruturalismo.

Barthes descreve a relação entre o leitor e a obra, usando a metáfora das trocas comerciais: o autor como um escritor público, notário, que está encarregado de satisfazer aos desejos de seu cliente, o leitor, que opera no interior da mercadoria narrativa. Por isso, o discurso está sempre de acordo com o interesse do leitor.

Em Barthes, teremos as noções de òtexto escrevívelö e òtexto legívelö que fundam a diferença no ato de leitura. Em função da pluralidade de leituras que permitem, os textos escrevíveis são os que rompem com a configuração usual da linguagem, abandonam as

estruturas gramaticais, lógicas e narrativas, e entrelaçam múltiplas redes de significações. O texto plural assim definido configura uma galáxia de significantes que não pode ser englobada por nenhum sistema de sentido, porque é construído sobre o infinito da linguagem. Já o texto legível é medianamente plural ou simplesmente polissêmico. Neste tipo de textos, a conotação é limitada pelo sistema de significações fechado do Ocidente. A leitura, para Barthes, é um movimento estimativo, que procura abrir as potencialidades de sentido do texto, explodindo-o para encontrar seu plural. Barthes afirma que interpretar um texto não é dar-lhe um sentido (mais ou menos embasado, mais ou menos livre), é, ao contrário, estimar de que plural é feito (BARTHES, 1992, p.39).

Para assim pensar o movimento de ler, Barthes recorre à herança de Nietzsche, e daí deriva seu conceito de leitura, e, por extensão, a elaboração conceitual de texto escrevível, plural ou ideal. Ler o texto plural é ao mesmo tempo um movimento de produção e de dispersão. O leitor não se defronta com o texto plural, porque este não comporta uma materialidade, a produção interpretativa é que escreve/inscreve/re-escreve o texto, disseminando-o e dispersando-o na diferença.

No texto plural não há possibilidade de fechamento de sentidos, pois ele se inscreve no infinito da linguagem. Assim, não cabem no texto plural as valorações interpretativas - muito menos uma ética da leitura. Não se trata de buscar a Verdade, a conveniência, a adequação interpretativa; nem de aferir o valor deste ou daquele modelo de produção de sentidos, mas de liberar o texto do jugo da totalização abarcante de sentidos.

Por isso é que ler um texto plural nunca é fundar uma verdade, uma legalidade do texto, nele, a medida da leitura é sua marca sistemática. Sendo assim, desrespeitar qualquer ordenamento ou sintaxe textual, essa é a única regra da leitura para Barthes. Os procedimentos indicados são o estiolamento do texto e o comentário digressivo, que negam a ideologia da totalidade. Sua pregação: liberdade ao intérprete para ler o texto, produzindo quantas leituras desejar, até porque, já que o leitor traz para a leitura uma pluralidade de textos de seu acervo pessoal.

Entre estes intelectuais norte-americanos mais próximos às ideias de Derrida ó Geoffrey Hartman, J. Hillis Miller e Paul De Man - afloram divergências que sugerem ambivalências quanto aos objetivos e prioridades de cada um, com respeito à Desconstrução. Destaca-se o fato de que a teoria derridiana disseminada por Yale e John Hopkins é marcadamente textual e apolítica.

Com exceção de Paul De Man, cujos trabalhos apresentam intenso rigor interpretativo, os desconstrucionistas americanos optaram por uma leitura que se pode qualificar como õexuberanteö. A desconstrução ofereceu aos americanos, cansados do tecnicismo da Nova Crítica, uma oportunidade de exercer uma crítica livre para explorar possibilidades estilísticas sem obedecer às limitações entre escritura criativa e crítica.

Passando para um campo teórico e filosófico paralelo, encontramos a semiótica da recepção desenvolvida por Umberto Eco. Na *Obra Aberta*, ele enfoca a participação ativa do leitor na construção de sentido, tratando a arte como õmetáfora epistemológica da descontinuidade do mundo fragmentário em que vivemos, que oferece ao leitor uma possibilidade de integrá-lo à nossa sensibilidadeö (ECO, 1976, p.158).

A semelhança de suas ideias com as de Barthes é flagrante em muitos trechos do livro. Quando Eco aborda os protocolos de leitura, não se pode deixar de ler este conceito em convergência com a noção de interpretação configurada por Barthes, o qual afirma que interpretar um texto não significa dar-lhe um sentido, mas estimar de que plural é feito. O trecho seguinte, extraído da obra de Eco, ilustra esta intersecção de ideias:

õO leitor se excita, portanto, ante a liberdade da obra, sua infinita probabilidade, ante a riqueza de suas adjunções internas, das projeções inconscientes que a acompanham, ante o convite que o quadro lhe faz a não deixar-se determinar por nexos causais e pelas tentações do unívoco, empenhando-se numa transação rica em descobertas cada vez mais imprevisíveisö (ECO, 1976, pp.158)

Umberto Eco considera a leitura uma das instâncias geradoras do texto; em seu universo teórico, que tem uma das bases na teoria da informação, a recepção é entendida como movimento essencial de comunicação. Nesta perspectiva, um õtexto abertoö só pode ser considerado uma estratégia comunicativa porque o papel de seu destinatário está previsto no momento de sua elaboração. A õobra abertaö consiste em uma estratégia de comunicação que se baseia em um sistema flexível de significação. Este õtipo flexível de textoö permite a geração de diferentes õtextos de leituraö. Para ele, õSe há algo a ser interpretado, a interpretação deve argumentar de algo que deve ser encontrado em algum lugar e de certa forma respeitadoö (ECO, 1993. p. 51).

Eco envolveu-se em uma interessante polêmica a respeito dos limites da interpretação, que está registrada no livro *Interpretação e Superinterpretação* (ECO, 1993).

Destacamos aqui sua discussão com Jonathan Culler, teórico americano identificado com a crítica desconstrucionista.

As concepções de Derrida e Barthes, assim como dos críticos da chamada conexão americana são os alvos de Umberto Eco na polêmica que estabelece com os teóricos da Desconstrução. Eco acusa-os de radicalismo na ênfase ao papel do leitor e, ironicamente, atribui-lhes a denominação de seguidores do véu, tratando-os como praticantes de interpretações exotéricas. A interpretação suspeita que os desconstrucionistas praticariam, segundo Eco, é um exemplo de superinterpretação ou uso do texto.

Para entender a posição de Jonathan Culler nesse debate, em que assume a defesa do ponto de vista da desconstrução, é interessante lembrar que nos anos setenta ele foi um importante teórico do Estruturalismo na América. Sua *Poética Estruturalista* (CULLER, 1976) foi recebida como um guia autorizado para alunos e professores sobre as complexidades do pensamento estruturalista. Naquele ensaio, Culler tentava reconciliar a teoria estruturalista com uma abordagem intuitiva dos textos literários e afirmava que o valor da teoria era prover um sistema ou uma estrutura de legitimação para os *insights* que um leitor incompetente deveria ser capaz de alcançar testando seu senso de relevância e propriedade. Ou seja, a poética estruturalista funcionaria como uma matriz reguladora para as percepções interpretativas que, de outra forma, dependeriam exclusivamente da virtuosidade ou do discernimento pessoal do crítico.

Culler defendia - repetindo concepções de Chomsky sobre a programação inata das estruturas linguísticas - que nossa compreensão dos textos literários é condicionada por uma Gramática da Resposta, que nos permite pinçar as estruturas relevantes do significado, a partir de uma massa informe de detalhes. Por outro lado, considerando a natureza diferenciada da linguagem literária, ele já admitia que a leitura ativa códigos de compreensão especializados que não podem ser reduzidos a uma gramática universal da resposta literária. Curiosamente, no capítulo final da poética estruturalista, ele discorda daqueles que parecem estar desmontando as bases do método interpretativo e do sentido, como Derrida.

Atualmente, Culler assume o posicionamento pós-estruturalista, recusando a tendência a domesticar as energias interpretativas. No ensaio *Em defesa da superinterpretação*, Jonathan Culler argumenta que a leitura de obras literárias não constitui o cerne dos estudos literário, e que aqueles que se ocupam da atividade devem aplicar aos textos a maior pressão interpretativa possível. No seu entender, a moderação não pode ser

considerada uma virtude quando se trata de ler textos, leituras moderadas tendem a dissertar sobre o óbvio e só interpretações extremas são produtivas (Cf: ECO, 1993).

Aprofundando a análise dos exemplos apresentados por Eco, Culler conclui que o que ocorre nas leituras aberrantes é a subinterpretação, em que ou não são interpretados elementos suficientes dos textos, ou se força a combinação de elementos para criar significados que interessem à conclusão a que se quer chegar. Ele defende a superinterpretação enérgica das obras literárias, que é essencial para a interpretação correta das coisas.

No caso da leitura de textos literários, os mecanismos da comunicação são mais complexos que na comunicação normal, e, para usar a terminologia empregada por Eco, em alguns textos fazer as perguntas não previstas pelo autor-modelo (ou intenção do texto) permite refletir sobre o funcionamento da máquina textual e explorar outras vias de significação.

Superinterpretar (ou supracompreender, como Culler prefere) pode ser fazer as perguntas que o texto não coloca ao seu leitor-modelo e que indagam o que é o texto, como se relaciona com outros textos e com outras práticas; o que oculta ou reprime; o que afirma ou do que é cúmplice (In: ECO, 1993, p. 136).

Ou seja, a superinterpretação pode ser uma forma de relacionar um texto aos mecanismos gerais da narrativa. É por isso que, refutando as críticas de Eco ao fato de que a Desconstrução postula a semiótica ilimitada (ou deriva hermética), Culler afirma que enquanto o crítico italiano esforça-se por provar que os textos são ao mesmo tempo abertos e limitados, a Desconstrução enfatiza que o significado de uma obra literária é limitado pelo contexto.

Para Culler, o sentido somente pode ser limitado pelo contexto, que é ilimitado (CULLER, 1999, p.68). O jogo das significações de uma obra é ilimitado em função das múltiplas possibilidades de contextualização potencializadas em um texto, mas, em um contexto dado, a interpretação não é ilimitada, já que o contexto

não possui o sentido comum de conjunto de presenças que organizam o momento da inscrição, contexto este dito real e no qual se coloca também o *vouloir-dire* do autor. No âmbito de uma posição semiológica, o contexto se dá como texto: texto que se inscreve na *margem* de um outro texto, suplementando-o. (SANTIAGO, 1976, pp. 93-94)

A questão da interpretação é tratada de modo muito diverso por Eco, que constantemente argumenta sobre o limite que se deve impor ao papel do leitor como produtor

de textos. Utilizando diferentes linhas de defesa de sua posição, ele apoia-se no que se poderia chamar de "Enciclopédia das aberrações interpretativas", cujos exemplos se caracterizam pelo absurdo.

De outra parte, como aponta Jonathan Culler, o próprio Eco revela-se um adepto do que intitulou "interpretações paranóides". Por exemplo, Em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (ECO, 1994), ele comenta sua leitura de "Os três mosqueteiros" e relata como o leitor-empírico Umberto Eco desprezou as instruções do autor-modelo do texto, pois, em lugar de desvendar o comportamento que o texto esperava de seu leitor-modelo, o leitor-empírico vasculhou mapas antigos e constatou que uma rua citada no texto na verdade era denominada de forma diferente daquela referida no texto literário, e que, portanto Dumas havia cometido uma impropriedade histórica.

É claro que no texto supracitado Eco apressa-se em desvencilhar-se do problema conceitual, explicitando as diferenças entre História e ficção, mas o fato é que o indivíduo histórico Umberto Eco, em suas pesquisas para constatar a veracidade das informações ou para conhecer a Paris em que "viveram" os mosqueteiros fez mais do que um "passeio inferencial". Penetrando no texto e dele evadindo-se em pesquisas digressivas, realizou uma viagem que se tornou fonte de prazer que, certamente, ultrapassou os limites da interpretação. E que Eco esforça-se por negar aos demais leitores.

Em outro texto, Eco reconhece que "toda a teoria peirciana da semiose ilimitada parece, destarte, encorajar as afirmações mais extremas de Derrida, para quem *il n'oy a pas de hors-texte*" (ECO, 1996, p. 284). Propondo mais um de seus irônicos paradoxos, Eco questiona a leitura de Pierce por Derrida:

"De fato, se Derrida admitisse que sua interpretação é a certa, deveria também admitir que o texto de Pierce contém um *significado privilegiado* suscetível de ser isolado, reconhecido como tal, e decifrado sem nenhuma ambiguidade. Já Derrida seria o primeiro a declarar que sua leitura desloca o texto de Pierce para mais adiante, para além das intenções declaradas do autor. Mas se, sob a ótica derridiana, não estamos autorizados a pedir a Derrida que leia Peirce corretamente, sob a ótica deste último, estamos, ao contrário, plenamente autorizados a perguntar se a interpretação de Derrida o teria satisfeito". (ECO, 1996, p. 291)

Já que não podemos realizar a sugestão de Eco, que, na verdade, contrariaria suas próprias teorias sobre a *intentio auctoris*, cabe questionar a função crítica do parágrafo citado. Como qualquer leitor habitual das obras de Eco pode notar, suas figuras retóricas prediletas

são a ironia e o paradoxo, e seu recurso argumentativo preferido o *ad hominem* - através do qual ridiculariza ou agride o adversário, tentando impedir sua contrarreação. Assim, a força teórica de suas leituras acaba reduzida.

A partir do ensaio de Eco e da resposta de Culler, bem como de outros textos destes autores, podem-se levantar alguns dos argumentos desenvolvidos pelos defensores da leitura como uma prática aberta, móvel, e, portanto, plural e aqueles empregados nas críticas ao excessivo relativismo dos pós-estruturalistas.

A travessia metateórica que empreendemos ao longo desse ensaio demonstra que os modos de ler contemporâneos, guardadas as diferenças de pressupostos e métodos, esfumam as fronteiras entre o sujeito-leitor e o objeto-lido e percebem a constituição do texto como um jogo de intersubjetividades que tem lugar na leitura.

Considerando todas as divergências e convergências entre as teorias que apresentamos aqui, parece-nos bastante razoável destacar que, se há um componente de subjetividade na leitura, que é incontrolável e resulta na deriva de significados, há também um limite para essa deriva: as palavras sobre o papel.

Assim, pode-se afirmar que tanto a Hermenêutica, quanto a Semiologia entendem a leitura literária como um processo de interação em que o leitor assume o papel de co-criador da obra, embora em cada uma das concepções que analisamos a liberdade do leitor seja maior ou menor, conforme o modo como a leitura é compreendida. Em geral, os teóricos admitem que o leitor traz para o texto seu conhecimento textual e contextual e, dessa forma, os sentidos do texto serão construídos (ou desconstruídos) no momento em que se dá o encontro vital entre leitor e texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *O Prazer do texto*. Trad. J. Guinsburgh. Rev. Alice Kyoto Myashiro. São Paulo, Elos, 1977.

_____. *O rumor da Língua*. Trad. M. Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, Cultrix, 1989.

_____. *S/Z; uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac*. Trad. Lea Novaes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

BRANDÃO, Junito. *Mitologia Grega*. 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 1991. (V. 1)

CULLER, Jonathan. *Structuralist poetics; structuralism, linguistics, and the study of literature*. New York, Cornell University Press, 1976.

- _____. *Literary Theory; a very short introduction*. New York, Oxford University Press, 1997.
- DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura*. Trad. Lenita R. Esteves. Rio, Imago, 1996.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- _____. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ECO, Umberto. *Obra aberta; forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- _____. *The role of the reader; exploitations in the semiotics of texts*. Bloomington, Indiana University Press, 1979.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo, Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos)
- _____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo, Perspectiva, 1995.
- GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método*. 2. Ed. , Petrópolis, Vozes, 1998.
- HARTMANN, Geoffrey. *Criticism in the wilderness: the study of literature today*. New Haven and London, Yale University Press, 1980.
- _____. *Saving the text: literature, Derrida, philosophy*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1982.
- _____. *The fate of reading and other essays*. Chicago, Chicago University Press, 1975.
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre a Essência da Verdade*. In: *Heidegger; Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- ISER, Wolfgang. *The implied reader; patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1974.
- JAUSS, Hans Robert. *Toward an Aesthetic of reception*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982.
- ____.. et alii. *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. (Coleção Literatura e Teoria Literária; v. 36)
- JACOB, Andre. (org.) *Encyclopedie Philosophique Universelle; les notions philosophiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989.
- MILLER, J. Hillis. *A ética da leitura: ensaios 1979-1989*. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- SANTIAGO, Silviano (Supervisão) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- Recebido em 30 de junho de 2012.
- Aceito em 21 de novembro de 2012.